



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE-PB
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FABLÍCIA RODRIGUES FERREIRA

**A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MENTAL E SUA INCLUSÃO
NA ESCOLA REGULAR**

CAMPINA GRANDE - PB

2011

FABLÍCIA RODRIGUES FERREIRA

A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MENTAL E SUA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito necessário para a conclusão do curso de Licenciatura e Formação em Psicologia.

**ORIENTADOR: Prof^o. Ms. Valdeci
Gonçalves da Silva**

CAMPINA GRANDE – PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

F383c Ferreira, Fablícia Rodrigues.
A criança com deficiência mental e sua inclusão na
escola [manuscrito] / Fablícia Rodrigues Ferreira. –
2011.

25 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicologia) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais
Aplicadas, 2011.

“Orientação: Prof. Me. Valdeci Gonçalves da Silva,
Departamento de Psicologia”.

1. Pessoas com necessidades especiais.. 2. Inclusão
Social. 3. Educação infantil. I. Título.

21. ed. CDD 371.92

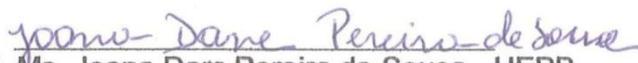
FABLÍCIA RODRIGUES FERREIRA

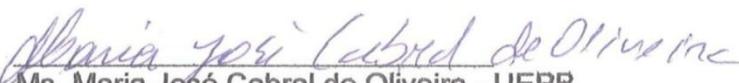
**A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MENTAL E SUA INCLUSÃO NA ESCOLA
REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito necessário para a conclusão do curso de Licenciatura e Formação em Psicologia.

Aprovada em 23/05/2014


Prof^o. Ms. Valdeci Gonçalves da Silva - UEPB
Orientador


Prof^a. Ms. Joana Darc Pereira de Sousa - UEPB
Examinadora I


Prof^a. Ms. Maria José Cabral de Oliveira - UEPB
Examinadora II

DEDICATÓRIA

In memória a minha Mãe, Francisca Denise Ferreira, pelo os ensinamentos, o apoio e o suporte, durante o tempo que Deus permitiu estar ao meu lado fisicamente, mas tenho a certeza que espiritualmente está o tempo todo comigo e com certeza feliz por essa minha realização. Dedico tudo a você, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

“Graças a Deus, que sempre nos faz triunfar em Cristo, e por meio de nós manifesta em todo o lugar a fragrância do seu conhecimento” (2 Coríntios 2:14).

A minha querida Avó, Maria Marçonila de Jesus, pelo o incentivo na minha carreira estudantil, e a confiança que sempre depositou em mim. A minha tia Dilma pelas as orações e sempre torcendo para essa realização. As minhas duas primas que tanto amo, Cynthia Dayanne e Cynd Sheilla, pelos quais tenho grande estima e amizade, obrigado por tudo, principalmente em fazer parte da minha vida, minhas irmãs de coração.

A meu esposo Tiago Alves pelo o amor, carinho, paciência e por sempre confiar e incentivar os meus objetivos pessoais e profissionais.

Ao meu avô, Antonio Ferreira da Silva, *in memoriam*, que muito contribuiu na minha formação.

Ao meu pai, Francisco Rodrigues Filho, pelo apoio, a calma que teve comigo durante todos esses anos.

Ao meu Profº. Ms. Valdeci Gonçalves da Silva, por ter aceitado meu convite para a orientação do meu TCC, além do apoio oferecido no decorrer do curso e pelas as excelentes aulas ministradas.

A professora Joana Darc e Maria José, por aceitado o convite para participar da banca examinadora.

Aos meus sogros, João e Adenilza por ter enfrentado momentos difíceis da minha vida, apoiando e ajudando em todos os sentidos. Aos meus cunhados, Keitiane, Kleiton e Tércio, pelos os quais tenho carinho e amizade.

A meus pequenos amiguinhos Magna Riana , Ângelo e Ana Isis , que nos momentos de tristeza, chegava para descontrair e contagiar a todos que estava ao seu redor. Só precisava me chamar de Bibi ou Lili.

Aos meus amigos, Allisson Bandeira, Illan Allisson Elayne, Julia, Wislane, Olga, Abrão, Allan, Jacó, Junior, Silmara, Aline, Marivaldo, Valdênia, Chagas, Wendel, Kelly, Priscila, Valdinar, Lia, Poliana, Riquett, Fabiana, João Neto, Maria Margarida, Gerusa, Glisse, Roziene e Abdenego.

A todos os meus colegas de classe pelo o companheirismo e tamanha bondade.

A todos os professores e a coordenação do curso que contribuíram para essa formação.

“O ser humano não é completamente condicionado e definido. Ele define a si próprio seja cedendo às circunstâncias, seja se insurgindo diante delas. Em outras palavras, o ser humano é, essencialmente, dotado de livre-arbítrio. Ele não existe simplesmente, mas sempre decide como será sua existência, o que ele se tornará no momento seguinte.” (Victor Frankl)

A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MENTAL E SUA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR

FERREIRA, Fablícia Rodrigues. **A criança com deficiência mental e sua inclusão na escola regular**. Campina Grande - PB, 2011. 23f. Trabalho Acadêmico Orientado (Curso de licenciatura e Formação em Psicologia). Departamento de psicologia. Universidade Estadual da Paraíba.

RESUMO

O presente artigo visa, sobretudo, mostrar a importância da inserção de crianças com deficiência mental no sistema de ensino regular. Considera que, mesmo apesar dos entraves encontrados, ainda é uma das primordiais alternativas para o alcance de uma educação realmente plena e efetiva. Baseia-se em uma pesquisa de cunho bibliográfico, a luz de autores como Mazzotta, Abrenhaim, Ballone, Ferreira e Nunes, Jannuzzi, Vasconcelos e Rossetto, além de documentos pesquisados através de meios eletrônicos que contribuíram para a fundamentação deste estudo. Entre outros aspectos, essa pesquisa evidencia que a prática da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, principalmente, as com deficiência mental na escola regular é um dos alicerces fundamentais para a construção definitiva da cidadania e precisa ser atendida por toda sociedade. Em vista disso, fica evidenciado que o ensino inclusivo na educação brasileira proporcionará habilidades a estas pessoas tanto para o trabalho quanto para toda a vida, atingindo em particular o valor social da igualdade.

PALAVRAS-CHAVES: Deficiência Mental. Inclusão. Educação. Construção. Igualdade. Sociedade.

SUMÁRIO

RESUMO	8
1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1. Educação especial e inclusão.....	12
2.2. Retardo mental.....	17
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	19
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
ABSTRACT	22
REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

A educação é um elemento fundamental para a construção de uma cidadania plena e efetiva. Não apenas a educação escolar, mas a educação pensada no seu sentido amplo.

Discutir essa temática implica, também, referenciar aspectos legais que a abrangem, pois a educação é um direito garantido por lei a todas as pessoas, inclusive os alunos com necessidades educacionais especiais. Expressos em lei de âmbito nacional, como na Constituição Federal de 1988 e, também, na esfera estadual, por intermédio da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 (SAHB, 2006).

Portanto, se mostra relevante refletir sobre escola inclusiva, as questões propostas por lei, assegurando a educação a todos, e as dificuldades encontradas em nosso sistema, em dar assistência à criança que necessita de cuidados especiais para desenvolver suas potencialidades.

Essas dificuldades dizem respeito a falta de condições das escolas brasileiras de receberem essas crianças, uma vez que não dispõem de estrutura física, bem como da formação adequada dos professores, que muitas vezes não conseguem lidar satisfatoriamente com essas questões.

A escola inclusiva conceitualmente implica em uma educação apropriada e de qualidade para todos os alunos – considerados tanto as crianças que estão dentro dos padrões da normalidade, quanto as que demandam necessidades educacionais especiais – nas classes do ensino comum, da escola regular. Assim, esse espaço educacional deve apresentar um Projeto Político Pedagógico (PPP), que tenha em seus objetivos propostas inclusivas, modo que, o trabalho a ser desenvolvido nesses educandários, atenda a todos indiscriminadamente. Enfim, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentemente de sua deficiência (sensorial, física e cognitiva), origem sócio-econômica, étnica ou cultural.

Diante do exposto, pressupõe-se que a proposta de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais procura evitar os efeitos deletérios do isolamento social dessas crianças, criando oportunidades para a interação entre as crianças, inclusive como forma de diminuir o preconceito. (BATISTA e ENUMO, 2004, p. 103).

Assim sendo, as escolas se encontram frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com êxito a todas as crianças, mesmo aquelas que têm

deficiências graves. Além disso, espera-se que as escolas devam ser comunidades que atendam a todos, já que as diferenças humanas são naturais, no entanto havendo a necessidade de adaptar a aprendizagem a cada criança (TIERNEY,1993).

A questão da inclusão também é um ponto a ser refletido, às vezes parece que as discussões sobre a inclusão não são compreensíveis para os atores envolvidos no processo educacional (inclusive a família) que, devido ao desconhecimento, interdita as possibilidades da pessoa com deficiência e subestima a capacidade da mesma para a realização da inclusão social.

A inclusão não consiste somente em colocar a criança com necessidade especial em uma sala de aula, no ensino regular, e pronto. Há diversos aspectos que devem ser levados em consideração no processo dessa prática. Hoje, as propostas de inclusão caminham para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva, e tem como ponto de referência os programas educacionais, que visam à inserção do indivíduo com deficiência na sociedade.

A temática da inclusão se deu a partir da preocupação mundial em relação à globalização, uma vez que expandiram as relações interpessoais, por conseguinte aumentando, a necessidade de vizinhança entre os pares.

Em vista disso, o estudo é justificável, pois considera a utilidade prática da pesquisa pela obtenção de subsídios teóricos que, possivelmente, colaborarão para o entendimento da temática. Desse modo, possibilita colher dados de caráter pragmático para lidar com a inclusão de crianças deficientes, na escola regular, e, particularmente, com deficiência mental.

O presente artigo visa ampliar os conhecimentos por meio de registros que dão conta de como está sendo a inserção da criança com deficiência mental na escola regular. Visto que, a maioria das crianças que tem alguma deficiência mental, sofre com a exclusão, mesmo já tendo sido inseridas na escola regular. Mas, ainda há defasagem teórica que se reflete na prática. Todavia, com o processo de educação inclusiva as escolas estão recebendo um apoio para atender essas necessidades da criança deficiente.

Diante do exposto, essa produção acadêmica tem como objetivo geral discutir, em particular, as teorias e práticas aplicadas às crianças com deficiência mental na escola regular.

Em um primeiro momento, pretende-se compreender até que ponto as necessidades de aprendizagem dessas crianças estão sendo atendidas, na escola regular; em seguida, conhecer as políticas públicas direcionadas a inclusão social/escolar e, finalmente, observar as formas de inclusão e identificar as perspectivas político-pedagógicas atuais para atendimento a educando com necessidades especiais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação especial e inclusão

A educação especial que antes se pautava no modelo de atendimento clínico segregado tem se voltado, nas últimas décadas do século XIX e início do século XXI, para a chamada educação inclusiva. Para Mazzotta (2005), a inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início de sessenta do século XX.

A Educação Inclusiva pode ser definida como um modelo educacional que promove a educação conjunta de todos os alunos independentemente das suas capacidades ou estatuto socioeconômico. Tem por objetivo alterar as práticas tradicionais, removendo as barreiras à aprendizagem e valorizando as diferenças dos alunos. (SEE/MEC, 2005)

É sabido que a educação é a mola propulsora, responsável pela formação e desenvolvimento do indivíduo, mas mesmo assim, ainda são encontradas inúmeras barreiras teóricas e práticas, como por exemplo, as dificuldades da inserção de crianças com necessidades educativas especiais na escola regular, a má-formação de professores etc.

Segundo Mazzotta (2005), quando se busca informações significativas sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiência, consta que até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo. De modo geral, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas deficientes por “serem diferentes”, fossem

marginalizadas, ignoradas, excluídas da sociedade. De fato, o que se pode perceber é que a escola não foi preparada, de certo modo, a atender a heterogeneidade.

A Educação Inclusiva organiza e promove um conjunto de valores e práticas que procuram responder a uma situação existente e problemática de insucesso, seleção precoce ou abandono escolar. Promove a heterogeneidade em lugar da homogeneidade, a construção de saberes em lugar da sua mera transmissão, a promoção do sucesso para todos em lugar da seleção dos academicamente mais aptos e a cooperação em lugar da competição. (SEE/MEC, 2005)

Nesse contexto, ficou definido pela a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que a educação especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (1996, p.43). Este atendimento educacional poderá ser realizado em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Assim, a oferta de educação especial, é um dever constitucional do Estado, assegurada inicialmente na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Para isso, se fazem necessários currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos, para atender às suas necessidades (LDB, 1996).

No que se refere particularmente aos portadores de deficiência, a CF/1988 reserva vários dispositivos garantidores de direitos a essa população. Desses, o mais divulgado é o artigo 208, inciso III, por estabelecer o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Este disposto tem conferido novo vigor às propostas de oferecer iguais oportunidades de educação às pessoas com necessidades educacionais especiais e legalidade constitucional aos discursos que enfatizavam o ensino regular como a melhor opção para essa população. (MAZZOTTA, p. 148, 2005)

Segundo Ferreira e Nunes (1999), a educação especial no Brasil teve uma evolução muito ligada às instituições de natureza privada e de caráter assistencial, que acabaram por assumir um caráter supletivo do Estado, devido sua deficiência no cumprimento das leis de assistência a criança especial. Ou seja, a falta de uma política de desenvolvimento na prestação de serviços educacionais.

O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que

possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. (GOMES et al.,2007, p. 22)

Ainda conforme as ideias de Gomes et. al. (2007), a educação inclusiva visa, sobretudo, propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência mental possa construir a sua inteligência, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento. Além disso, é através desse processo educacional que pode ser encontrada diversas soluções para quebrar os paradigmas que permeiam a sociedade, no que tange, principalmente, às barreiras de acesso de deficientes mentais em escolares regulares.

A Educação especial brasileira atinge somente pequena parcela dos deficientes, que é atendida por meio de escolas particulares - as demais são federais, estaduais e municipais. É sabido que as dificuldades orçamentárias do Brasil, em especial a educação, passa pela questão da má distribuição de renda. Isso parece se evidenciar, quando se observa as políticas desenvolvidas para essa questão, a exemplo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que determina um valor para cada aluno. Esse valor certamente que não atende as necessidades educacionais básicas do educando.

Neste sentido, cabe aqui mencionar o valor destinado a um presidiário, por exemplo, no Estado de Sergipe que corresponde a cerca R\$1581,80 mensalmente, sendo que para um aluno de escola pública, o valor destinado a este equivale a apenas R\$173,56, isso referente ao ano de 2008, segundo dados da SEJUC.(JORNAL DA CIDADE.NET, 2009). De acordo com esses dados, percebe-se que um preso custa mais caro para Brasil, do que até mesmo um próprio aluno. Isso fica evidenciado, apesar de avanços, que a educação ainda sofre com relação a investimento na área.

Certamente, não se deve abandonar o grande contingente dos especiais à sua própria sorte, como se fossem entulho. É preciso instalar escolas para educação especial. A tendência atual é defender a integração desses alunos com os demais, assistindo às aulas nas classes comuns. Mas, para isso, as escolas precisam passar por adaptações arquitetônicas, além de terem salas de recursos e oficinas pedagógicas (MARANHÃO, 2007).

Vygotsky (1997) destacou que não devemos nos conformar que a escola especial aplique simplesmente um programa reduzido da escola comum, nem métodos facilitados e simplificados. E que a escola especial tem a tarefa de criar formas de trabalho, positivas e próprias, que atendam as necessidades e peculiaridades dos educandos. A criança com deficiência mental não necessita permanecer mais tempo na escola, nem ficar em classes com menor quantidade de crianças, nem reunido com seus semelhantes por nível e ritmo de desenvolvimento psíquico. Precisa, sim, permanecer em uma escola especial, mas especial por apresentar seu próprio programa, com sua própria metodologia, com seu próprio modo de vida, com uma pedagogia pessoal/individual especializada.

De um modo geral, a educação especial lida com aqueles fenômenos de ensino e aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular. Porém, nas últimas duas décadas, devido ao movimento de educação inclusiva, tem entrado em pauta de conferência mundial, a exemplo de “Necessidades Educativas Especiais”, acontecidas em Salamanca (Espanha), no ano de 1994; e, a mais recente no ano de 2000, em Dakar (Senegal), com título de “Fórum Consultivo Internacional para a educação para todos”. Dentre essas conferências, cabe destacar aquela acontecida em Salamanca, uma vez que, de maneira mais decisiva, contribuiu para impulsionar a educação inclusiva em todo mundo.

Neste sentido, de acordo com Rossetto (2004) no que tange ao paradigma da educação inclusiva, o princípio fundamental é a igualdade de direitos e a sociedade torna-se inclusiva quando passa a considerar todos com igualdade de valor.

Os novos paradigmas norteadores da Educação Especial definem-na numa perspectiva de inserção social ampla, historicamente diferenciada de todos os outros paradigmas até então exercitados como modelos formativos técnicos e limitados de simples atendimento. (SEED, 1998, apud ROSSETTO, 2004)

A Organização das Nações Unidas (UNESCO), para a educação, a ciência e à cidadania, ao perceber a necessidade de aprimorar os indivíduos na idéia de minimizar os conflitos, escolheu a educação como mediadora do processo de desenvolvimento. Assim, criou fóruns de discussão sobre as necessidades e meios

de generalizar a educação básica. Tendo em vista a educação como mediadora da paz (ABRENHAIM, 2005).

De certo modo, não parece possível falar em inclusão sem antes falar em exclusão, pois a exclusão vem antes do processo de escolarização, a partir do nascimento ou quando se descobre uma deficiência física ou mental. Isso acontece em qualquer tipo de construção familiar, sejam estruturadas ou não estruturadas, observada em todas as classes sociais, entretanto sendo mais agravada nas menos favorecidas (MACIEL, 2000).

As pessoas que possuem algum tipo de deficiência são discriminadas e vistas por grande parte da população como impossibilitadas de realizar qualquer tarefa, que uma pessoa dita normal possa vir a executar. (MACIEL, 2000).

Na Idade Média, sabe-se que existia uma confusão entre a palavra deficiência e doença, pois não se tinha muito conhecimento sobre as doenças. Foi, entretanto, através de estudos e pesquisa acadêmica sobre a doença que se obteve a percepção das diferenças entre as deficiências. E mesmo o termo ter permanecido deficiente, onde a pessoa é vista como impossibilitada, esse estudo teve como mérito a caracterização das doenças possibilitando uma nova perspectiva de atendimento.

Essa discussão remete ao fato de que antigamente os deficientes nem sempre foram valorizados e respeitados pelas suas diferenças, sendo totalmente ignorados, visto, portanto, como vítimas de abandono, rejeição, maus tratos e até mutilações. Mas, o deficiente, a partir do século XX, passou a ter uma melhor aceitação social, dando início a sua desinstitucionalização e educação escolar. Até esse período os deficientes eram segregados. Entretanto, verifica-se que as conquistas ainda foram poucas, pois o preconceito, a ignorância e a discriminação ainda são muito fortes em relação ao deficiente e à deficiência.

Nos últimos anos, o governo, pais e educadores têm tentado implementar nas escolas, a inclusão de pessoas com alguma deficiência ou necessidades educacionais especiais, para que elas possam conseguir o respeito humano, no sentido de mostrar que é possível seu desenvolvimento bastando com isso ter acesso aos recursos da sociedade (MACIEL, 2000).

Mesmo depois de muitas discussões em torno da inclusão social, o deficiente ainda sofre o preconceito de sua diferença. Entretanto, a inclusão no contexto

escolar é algo que vem se efetuando, mesmo que às duras penas, vem sempre buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito.

Diante de inúmeras discussões sobre a questão da inclusão da criança com necessidades educativas especiais, na escola regular, ainda há dificuldades enfrentadas na prática inclusiva. Contudo, percebe-se que mesmo aqueles alunos que se encontram inseridos no sistema regular de ensino, continuam sendo isolados dos seus companheiros de turma não-deficientes. (SIPERSTEIN; LEFFERT; WIDAMAN, 1996, apud BATISTA; ENUMO, 2004).

Em se tratando, ainda da inserção dessas crianças no sistema regular de ensino, é imprescindível destacar não somente a importância desse espaço físico para inserí-las, mas é de primordial valia que se veja também as possibilidades de serem desenvolvidas dentro desse ambiente atividades lúdicas que caminhem para o crescimento desses indivíduos enquanto seres sociais.

Incluir não é somente delegar a criança um espaço físico em sala de aula, é propor ao indivíduo atividades significativas capazes de promover seu desenvolvimento e acabar com as barreiras a seu acesso e participação na aprendizagem e na sociedade. Lembrando sempre que todos podem apresentar dificuldades em alguma área do conhecimento ou etapa da vida. Os entraves existem em qualquer indivíduo, o que não significa que não possa ser um indivíduo participativo ou capaz de aprender (SOUSA, s/d, p. 2).

2.2. Retardo mental

Segundo Vasconcelos (2004), o retardo mental é um dos transtornos mais comuns em crianças e adolescentes. Essas crianças, em geral, apresentam uma queixa inicial de atrasos na fala/linguagem e baixo rendimento escolar.

Embora seja possível identificar a maior parte dos casos de deficiência mental na infância, infelizmente este distúrbio só é percebido em muitas crianças quando elas começam a freqüentar a escola. Isso acontece porque essa patologia é encontrada em vários graus, do mais leve aos mais graves.

O termo deficiente mental segundo Wurth, citado por Jannuzzi (1992), surgiu em 1939, no congresso de Genebra, como tentativa de padronizar mundialmente a referência, e também em substituição ao termo anormal considerado muito genérico.

O diagnóstico de Retardo Mental é definido com base em três critérios: início do quadro clínico antes de 18 anos de idade; função intelectual significativamente abaixo da média, demonstrada por um quociente de

inteligência (QI) igual ou menor que 70; e deficiência nas habilidades adaptativas em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, autocuidados, habilidades sociais/interpessoais, auto-orientação, rendimento escolar, trabalho, lazer, saúde e segurança. O QI normal é considerado acima de 85 e os indivíduos com um escore de 71 a 84 são descritos como tendo função intelectual limítrofe. (VASCONCELOS, 2004, pp. 71-72)

Somente em meados do século XX, é que se começou encontrar uma explicação para o deficiente mental, e essa diz respeito ao funcionamento intelectual, que seria inferior à média estatística das pessoas e, principalmente, em relação à dificuldade de adaptação ao entorno.

A característica essencial do Retardo Mental é o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança (DSM IVTR, 2004, p. 18).

Ainda, no que no condiz ao conceito de Retardo Mental, este para a Organização Mundial de Saúde não é muito diferente dos demais já apresentados anteriormente.

Retardo Mental é a parada do desenvolvimento ou desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizados essencialmente por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência, isto é, das funções cognitivas, de linguagem, da motricidade e do comportamento social. O Retardo Mental pode acompanhar um outro transtorno mental ou físico, ou ocorrer de modo independente.(OMS/CID 10, 1993, p. 23).

Assim, segundo Ballone (2003), a deficiência mental se caracteriza, por um funcionamento global inferior à média, junto com limitações associadas em duas ou mais das seguintes habilidades adaptativas: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades escolares, administração do ócio e trabalho. Para o diagnóstico é imprescindível que a Deficiência Mental se manifeste antes dos 18 anos. As áreas de necessidades dos deficientes devem ser determinadas através de avaliações neurológicas, psiquiátricas, sociais e clínicas e nunca em uma única abordagem de diagnóstico.

A deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento. [...] O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande

parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas principalmente por aquelas com deficiência mental. (GOMES et al.,2007, p. 15).

Neste sentido, no que concerne à concepção inclusiva, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. Essa emancipação é consequência do processo de auto-regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece. (GOMES et al, 2006)

Tendo em vista, o grande desafio de inserção de crianças especiais em escolas regulares, o desenvolvimento social e até mesmo afetivo destas é um fator intrinsecamente ligado à família. Será que esta tá junto à escola, a grande norteadora para o alcance eficaz de uma educação ampla sem pré-conceitos.

Segundo Gomes et al. (2007), a deficiência mental constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Para conseguir chegar aos objetivos formulados, o trabalho consiste em uma Pesquisa Teórica, mediante a qual se pretende analisar as informações fornecidas por diversas fontes, tais como revistas, jornais, artigos, livros, dicionários e outros informes teóricos particularmente relacionados ao tema proposto.

A partir de um levantamento de referências bibliográficas que proporcionará uma maior contingência de estudos na área baseado nos seguintes autores (Gomes, Maciel, Maranhão, Mazzotta, Vasconcelos e Rossetto) que explanam essa questão discutida, para enriquecer as referências sobre a temática abordada no presente trabalho.

A escolha do método deu-se a partir do desejo de aprofundar, teoricamente, a questão de como a criança deficiente mental é incluída na escola regular, mas não se limitando apenas às crianças com deficiência mental. Também se buscou nas outras deficiências, em geral, subsídios que abordam a relação da inclusão com crianças deficientes na escola regular, a fim de proporcionar um estudo mais

completo, mediante a contribuição de diversos autores. Isso torna possível um conhecimento mais amplo, que alicerça o objetivo da realização deste trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de inclusão têm ganhado espaço na sociedade brasileira, mesmo com dificuldade as crianças com necessidades educativas especiais estão sendo inseridas nas escolas regulares, desmistificando o preconceito que existia com essas crianças desacreditadas.

Neste sentido, o processo de inclusão, basicamente, propõe que todos os indivíduos devam interagir em todas as situações, beneficiando-se do mesmo momento de aprendizagem, mas respeitando-se suas necessidades particulares.

Refletir sobre a educação inclusiva é um ponto importante, pois o que se percebe é que as escolas regulares ainda estão inseguras ao receber crianças com necessidades educativas especiais, principalmente as que têm deficiência mental.

Além disso, as escolas com uma proposta inclusiva deve apresentar um Projeto Político Pedagógico (PPP), que atendam a necessidade dessas crianças, atendendo o objetivo que é a inclusão social, direcionando os indivíduos ao progresso da autonomia, por meio da elaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, podendo decidir e agir nas diferentes circunstâncias da vida por si mesmo.

Acredita-se, ainda, na importância da continuação de estudos nessa área oportunizando o aprofundamento dos aspectos que possa colaborar para a resolução da problemática em questão, logo se sugere que outros estudos sejam realizados com a formação dos professores, para atender as crianças com deficiência mental.

Em vista disso, a inclusão escolar é uma questão que precisa de aprimoramento, diante de inúmeras inquietações a ser vivenciada por crianças com necessidades educativas especiais, para isso é necessário apoio da sociedade nessa política de inclusão.

Desta maneira, numa tentativa de se buscar respostas quanto à inserção das crianças com necessidades educativas especiais na escola regular, conclui-se que é de suma importância para o próprio desenvolvimento do processo educacional

brasileiro, haja vista ser dever do Estado, assegurar uma educação de qualidade a todos sem distinção alguma, e não podem ser excluídas desse meio, as crianças com necessidades educativas especiais, inclusive, as com deficiência mental. Para tanto, incluir sem excluir é tarefa primordial para o alcance de um aprendizado que garanta respeito às diversidades.

Desse modo, verifica-se que o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho, mostrar que são seres tão capazes quanto aos demais, e, sem nenhuma dúvida, é uma conquista para sua vida. Enfim, é um processo de transformação para toda a sociedade, onde se atinge o valor social da igualdade.

ABSTRACT

This article is aimed mainly at showing the importance of inclusion of children with learning disabilities into mainstream education. Believes that, even despite the obstacles encountered, it is still one of the primary alternatives to the achievement of a truly full and effective education. It is based on a bibliographical research, the light of such authors as Mazzotta, Abrenhaim, Ballone, Ferreira and Nunes, Jannuzzi, Vasconcelos and Rossetto, and researched documents through electronic media have contributed to the rationale of this study. Among other things, this research shows that the practice of including children with special educational needs, primarily those with mental disabilities in regular schools is one of the key foundations for the construction of citizenship and permanent needs to be answered by every society. In view of this, it is clear that inclusive education in the Brazilian education provide skills to these people both for work and for life, affecting in particular the social value of equality.

KEYWORDS: Mental Deficiency. Inclusion. Education. Construction. Equality. Society.

REFERÊNCIAS

ABRENHAIM, E. Os caminhos da inclusão: breve histórico. In: SILVA, M. V. O. (org.) **Educação inclusiva: direitos humanos na escola**. 1ª ed, São Paulo, 2005.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM – IV- TR. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 2004.

BALLONE, G. J. Deficiência Mental. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html>> Revisto em 2003. Acesso em: 24 de abr. 2011.

FERREIRA, J. R; NUNES, L. R. O. de P. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA NOVA LDB. **Múltiplas leituras da nova LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional** (lei nº 9. 394/96). 3 ed. Rio de Janeiro: Dunya, 1999, p. 206.

GOMES, Adriana L. Limaverde. et. Al. Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Mental. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dm.pdf> Acesso em: 25 abr. 2011.

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial**. CIBEC/ MEC.Vol. 1, n.1, Brasília, 2005.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental na Brasil**. São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados, 1992.

JORNAL DA CIDADE. NET – **O mais completo de Sergipe**. Disponível em http://www2.jornaldacidade.net/noticia_print.php?id=31016> Acesso em: 27 de abr. 2011.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf>. Acesso em: 15. Nov. 2010.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo em perspectiva.** Vol. 14, nº2, São Paulo, 2000.

MARANHÃO, M. de A. **E A Educação Especial?** Disponível em: <http://www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/eaeducacaoespecial.htm>. 2007 Acesso em: 15. Nov. 2010.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: Histórias e políticas públicas.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ROSSETTO, Elisabeth. **Processo de inclusão: um grande desafio para o século XXI.** RECE – Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo - PR, V. 01, n. 03, 2004.

SAHB, W. F. Educação Especial: a Constituição Federal de 1988 e a Constituição Mineira de 1989. **Revista educação especial.** n. 28. 2006. p. 10.

SOUSA, Luciane Porto Frazão de, et. al. **Educação Especial: Redefinir ou continuar excluindo?.** Integração, ano 14, nº.24, pp. 30-33. ISSN: 1677-8073. Disponível em <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/EdEspredefinir%20ou%20continuar%20excluindo.pdf>> Acesso em: 20 Abr. 2011.

TIERNEY, W. G. (1993). **Building Communities of Difference.** Higher Education in the twenty – first Century. London: Bergin and Garvey.

VASCONCELOS, M. M. Retardo Mental. In: **Jornal de Pediatria**. Vol. 80, n.2, p. 71-82, 2004.

VYGOTSKY, L. S. (1997) **Obras Escolhidas** V Fundamentos da defectologia. Madrid: Visor Distribuciones.